



N.E.:Por tratar-se de assunto grave, transcrevemos o texto abaixo.

Alvaro Dias apresenta projeto para que TCU possa fiscalizar obras para grandes eventos

O senador Alvaro Dias anunciou, na audiência para debater a situação das obras da Copa do Mundo e o seu legado para o país, realizada nesta terça-feira (11) na Comissão de Educação, que irá apresentar projeto nomeando o Tribunal de Contas da União como o principal responsável pela fiscalização dos recursos empregados em grandes eventos no Brasil. Para o senador, é lamentável constatar-se que o TCU não está fiscalizando a obra do Estádio Nacional de Brasília, a mais cara desta Copa do Mundo, pelo fato de os recursos utilizados terem saído dos cofres do Governo do Distrito Federal. Um dos casos mais emblemáticos de aumento exponencial do gasto com uma obra de estádio de futebol para esta Copa é o do Mané Garrincha, em Brasília. E é lamentável que o TCU não esteja fazendo a fiscalização nesta obra cujo custo deve chegar aos R\$ 2 bilhões, transformando o estádio no maior monumento ao desperdício do dinheiro público em uma cidade onde a violência explodiu e a saúde pública desapareceu. Por isso pretendo apresentar um projeto para que caiba ao TCU a responsabilidade pela fiscalização de grandes eventos no país, independente da origem dos recursos, como, por exemplo, o caso do estádio de Brasília que contou com recursos do caixa do GDF, mas que são formados por transferências do Tesouro Nacional?, afirmou o senador.

O RDC, que era exceção, passou a ser regra

Aos convidados da audiência, o senador Alvaro Dias fez questionamentos a respeito da fiscalização sobre o uso, nas obras para a Copa, do chamado Regime Diferenciado de Contratações (RDC). Este instrumento foi instituído por lei pelo governo para obras ligadas à realização da Copa das Confederações, Copa do Mundo e Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, mas já foi estendida para diversas outras modalidades de intervenções. Alvaro Dias

lembrou que entrou com ação no Supremo Tribunal Federal para que fosse julgada a constitucionalidade desta medida, mas a Adin ainda não entrou em pauta no Plenário. ?O governo criou um instrumento para facilitar a realização de obras relacionadas à Copa de 2014. O tal Regime Diferenciado de Contratações passou a liberar os contratos das exigências de controle que evitariam o aumento dos custos. Contestamos essa medida, e respaldados em declaração da Procuradoria Geral da República, de que este RDC afronta a Constituição, impetramos uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo. A nossa Adin, entretanto, ainda não foi julgada. A Copa irá se realizar e as obras com regime especial de licitação serão finalizadas, mas infelizmente a Adin ficará nos escaninhos do STF?, concluiu o senador Alvaro Dias.

?Esta é a Copa da pilhagem do dinheiro da população brasileira?

Para o senador Alvaro Dias ?esta é a Copa da pilhagem do dinheiro da população brasileira?. Segundo o senador, o País está diante de um ?monumental escândalo de corrupção e um histórico superfaturamento de obras? para a realização da Copa. O senador, na audiência, afirmou que o governo e o Congresso não podem querer adotar ?postura de avestruz, escondendo a cabeça para não enxergar a realidade do superfaturamento nas obras que estão sendo realizadas?. Alvaro Dias disse ainda que qualquer pesquisa que for encomendada mostrará que a maioria esmagadora da população entende que ?o dinheiro do povo brasileiro está sendo pilhado para viabilizar esta competição?.